



# ESTADO E RELAÇÕES DE PRODUÇÃO

Gentil Corazza \*

## 1 - Introdução

Este trabalho é uma reflexão pessoal e didática sobre o conceito de Estado capitalista, sobre seu modo de ser e de aparecer, e suas relações com a economia, a sociedade e as classes sociais. Dentro de suas limitações, há a preocupação em tentar superar algumas questões que impedem uma compreensão mais abrangente e lógica da complexa ação do Estado na economia e sociedade atuais.

Essas questões se referem primeiro à concepção de tradição marxista que vê o Estado como mero reflexo da base econômica, sem autonomia, sem lógica de ação, sem dinâmica própria. Essa postura, além de basear-se numa falsa separação entre economia e Estado, não explica o papel atual do Estado na economia capitalista, além de ignorar que a esfera política é tão essencial para a reprodução da economia quanto esta o é para a existência daquela. Depois, existe a visão instrumental do Estado que o transforma em mero “comitê executivo da burguesia”, não sendo o conteúdo de sua ação outra coisa que a incorporação dos interesses da classe dominante. Essa concepção esquece que a função básica do Estado é a preservação das relações de produção, com todas as suas implicações: manutenção e reprodução de ambas as classes sociais, a classe capitalista enquanto classe dominante; e a classe trabalhadora enquanto classe trabalhadora. O “interesse” do Estado não é o interesse de uma classe ou de outra, mas reside na vigência da relação social, desigual e contraditória que as cria e preserva enquanto tais.

Finalmente, uma idéia, talvez a que fundamente as duas falsas questões anteriores, que vê Estado e sociedade como coisas ou instituições separadas. A incapacidade de conceber-se a realidade social como um todo único, constituído pelas relações sociais capitalistas de produção, de que a economia, o Estado e a sociedade não são partes separáveis, mas aspectos apenas analiticamente distinguíveis, é que impede a compreensão do que seja o Estado e de sua ação sobre a economia e a sociedade.

Por um lado, é difícil entender que toda a atividade estatal na extensão, profundidade e complexidade que acontece na economia e na sociedade atuais seja

---

\* Economista da FEE e Professor da UFRGS.

apenas reflexo da dinâmica econômica, ou que o Estado seja apenas um instrumento de ação da burguesia. Por outro, é também difícil superar essa visão dicotômica da realidade social, sem a compreensão de um fundamento unitário do tecido social, as relações capitalistas de produção. Na ótica aqui enfocada, as relações de produção formam um todo unitário do qual o Estado, sociedade e economia são aspectos analíticos. A sociedade, cuja anatomia se encontra na economia política, expressa-se e supera-se no Estado. O Estado, forma de ser e síntese da sociedade, é uma relação social contraditória, tal como o são a economia e a sociedade.

## 2 - Estado, economia e sociedade

Existem muitas definições do Estado capitalista nos escritos de Marx e Engels e de outros teóricos do marxismo. De algumas delas faremos uso no decorrer deste trabalho. No entanto, para iniciar esta discussão e encaminhá-la de acordo com os objetivos aqui perseguidos, a mais adequada é dada por Engels, para quem “O Estado é, antes, um produto de Sociedade”, quando esta chega a um determinado desenvolvimento de suas contradições. Ou seja, o Estado capitalista nasce do desenvolvimento das contradições da própria sociedade capitalista.

A partir daqui, o conceito de Estado postula uma investigação sobre o que seja a sociedade, como se constitui e porque ela “produz” o Estado. Ou seja, torna-se difícil definir o Estado, sem definir antes a sociedade, pois a definição de um implica a definição do outro.

O que é sociedade capitalista? A definição de Marx é a seguinte:

“Em sua totalidade, as relações de produção formam o que se chama de relações sociais, a sociedade e, particularmente, uma sociedade num estágio determinado de desenvolvimento histórico, uma sociedade com um caráter distinto, particular. A sociedade antiga, a sociedade feudal, a sociedade burguesa são conjuntos de relação de produção (...). O capital também é uma relação social de produção. É uma relação burguesa de produção, uma relação de produção da sociedade burguesa” (Marx, 1980, p. 96).

A sociedade capitalista é constituída pelas relações sociais capitalistas de produção. Marx ressalta também em outra passagem, o caráter globalizante, totalizador dessas relações, ou seja, nas suas próprias palavras, que “(...) as relações de produção de qualquer sociedade formam um todo” (Marx, 1986, p. 88). A realidade social, entendida nos seus aspectos sociais, políticos ou econômicos, forma um todo que não é composto de partes concretamente separáveis, mas que comporta, isto sim, aspectos analiticamente distintos.

Avançando nessa direção de clarear o que seja sociedade capitalista, pois é a partir dela que se pode compreender a natureza do Estado na concepção de sua totalidade enquanto constituída de relações sociais, chegamos aos seus fundamen-

tos materiais. Com efeito, Marx afirma que “( . . . ) a anatomia da sociedade deve ser procurada na economia política” (Marx, 1980, p. 82).

“É sempre [continua Marx] na relação direta dos proprietários das condições de produção com os produtores diretos que encontramos o segredo mais íntimo, o fundamento oculto de toda a construção social e, por conseguinte, da forma política das relações de soberania e de dependência, em suma, de cada forma específica de Estado” (Marx, 1986, p. 251).

Buscando entender o que é o Estado capitalista, chegamos aos fundamentos da própria sociedade capitalista, ou seja, à relação direta entre capitalistas e trabalhadores, não enquanto indivíduos, mas enquanto classes sociais. A análise dessa relação social de produção é fundamental para nosso objetivo.

A sociedade capitalista é constituída de relações sociais; são estas relações entre classes sociais que formam o tecido da sociedade capitalista. Ou seja, a sociedade capitalista é uma sociedade de classes que se constitui a partir da forma de apropriação do excedente criado pelo trabalho. A relação social básica, fundamento das classes sociais e da sociedade capitalista, é a relação de produção entre capitalista e trabalhador assalariado. “Este é o coração da sociedade civil, seu grande princípio de ordenação contraditória”, diz O'Donnell (1981, p. 74). A sociedade capitalista repousa sobre uma relação social contraditória, porque não só é uma relação desigual, mas também porque é uma relação de exploração. É através dela que é gerado o excedente econômico por uma classe e apropriado por outra. É, por isso, também uma relação conflitiva. É através dela que se estabelece uma troca desigual entre o salário recebido pelo trabalhador e o produto de maior valor gerado por ele no processo produtivo e apropriado pelo capitalista.

Essa relação social de produção aparece como uma relação puramente econômica, uma relação de igualdade, estabelecida livremente no mercado, daí aparecer também como uma relação de caráter puramente privado. São as aparências da sociedade capitalista, cuja natureza íntima e profunda é encoberta pela ideologia. Esta também parece ser um componente essencial da própria relação básica, pois, sem o véu ideológico, ela dificilmente se manteria. A transferência levaria a sociedade capitalista à autodestruição. Temos, então, que o controle ideológico sobre os fundamentos contraditórios, desiguais e conflitivos e mesmo coercitivos da sociedade capitalista é essencial para a sua sobrevivência. Além disso, o que parece ser uma relação livre, que se baseia na adesão livre das partes, dissimula uma dominação, uma vez que é uma relação desigual e espoliativa, em que uma das partes se vê compelida pela necessidade de sobrevivência a se vender “livremente” como uma outra mercadoria qualquer.

De todas essas aparências dissimuladoras da natureza da sociedade capitalista, interessa retomar a que apresenta a relação social básica como uma relação contratual de caráter privado, em que não intervém nem o Estado, nem o seu poder coercitivo. É necessário dizer que o caráter privado dessa relação é tão-somente uma aparência, pois, sem a presença do Estado e de suas instituições como garantia

e pressuposto de sua vigência, a quem as partes podem recorrer, sem este algo mais (o Estado), que lhe permanece subjacente, a própria relação contratual nem mesmo se concretizaria, como muito bem ressalta O'Donnell:

“Esta capacidade de invocação (ou, em outras palavras, essa presença tácita e subjacente do Estado) é constitutiva da relação; ela não poderia existir — ‘ser outra coisa’ — sem este componente. (...)”

“Isto significa que a fiança prestada pelo Estado a certas relações sociais, inclusive às relações de produção, que são o coração de uma sociedade capitalista e de sua articulação contraditória em classes sociais, não é uma garantia externa nem *a posteriori* dessas relações. É parte intrínseca e constitutiva das mesmas, tanto como outros elementos — econômicos, de informação, ideológicos — que são aspectos que só podemos distinguir analiticamente na própria relação. E isso significa, por sua vez, que as dimensões do Estado, ou do especificamente político, não são — como tampouco o é ‘o econômico’ — nem uma coisa, instituição ou ‘estrutura’: são aspectos de uma relação social” (O'Donnell, 1981, p. 75).

Temos, então, nas palavras de O'Donnell, os fundamentos e o próprio conceito do Estado capitalista. O Estado é um aspecto das relações sociais capitalistas de produção. Se quisermos ser mais radicais na definição, diríamos que ele é a própria relação social de produção. Não é uma parte dela, mas um “aspecto”, porque parte indica a possibilidade de separação concreta, e “aspecto” só é separável analiticamente por uma operação da mente. O Estado é, na definição de O'Donnell, o aspecto coercitivo das relações sociais capitalistas de produção. É esse também o sentido do conceito de Estado formulado por Poulantzas:

“Para apreender bem esta questão, é preciso ver que o Estado, no caso capitalista, não deve ser considerado como uma entidade intrínseca, mas, como aliás é o caso para o “capital”, como uma **relação**, mais exatamente, como uma **condensação material** (O Estado-aparelho) **de uma relação de forças de classe**, tal como se exprimem, **sempre de modo específico** (separação relativa do Estado e da economia dando lugar às instituições próprias do Estado capitalista), **no próprio seio do Estado**” (Poulantzas, 1977, p. 22).

É nas relações sociais de produção, no seu modo de ser e de aparecer, que buscamos a origem e a essência do Estado capitalista e não nas suas aparências, as instituições estatais. Insistimos que as relações de produção, apesar de aparecerem como relações puramente econômicas, particulares, igualitárias e livres de qualquer coerção, não são relações meramente econômicas, nem apenas particulares, tampouco relações de igualdade e de liberdade entre trabalhadores e capitalistas. Elas incluem um terceiro elemento, o Estado, que lhes é constitutivo histórica e logicamente; o político é subjacente a essas relações como elemento coercitivo, garantidor de sua efetivação.

Entre esses aspectos das relações capitalistas de produção, é necessário ressaltar o seu aspecto coercitivo, tendo em vista a elaboração do conceito de Estado. O capitalismo é marcado por duas características essenciais: de um lado, o trabalhador está separado dos meios de produção; de outro, o capitalista não dispõe dos meios de coação política, o que não quer dizer que a coação não esteja presente nas relações entre capitalistas e trabalhadores, ou seja, no capitalismo existe a separação entre a coerção econômica e a coerção política, ao contrário do que acontecia com o modo feudal ou escravista de produção.

É nesse contexto que se coloca a questão formulada por Pasukanis:

“Por que a dominação de classe não fica sendo o que é, sujeição de uma parte da população a uma outra? Por que ela reveste a forma de uma dominação estatal oficial, ou o que vem a ser o mesmo, por que o aparelho de coerção estatal não se constitui como aparelho particular da classe dominante, por que ele se separa desta última e reveste a forma de um aparelho público, impessoal, separado da sociedade?” (Salama, 1980, p. 21).

Como o capitalista está desprovido dos meios de coerção, a única garantia de efetivação da relação capitalista de produção que se expressa por uma relação contratual, ou seja, a única garantia de cumprimento de tal contrato é dada pelo Estado que, por isso, não é posterior, mas é co-constitutivo da própria relação. Vê-se, assim, que a necessidade do Estado, como garantia, reside na separação entre o capitalista e os meios de coerção. Por isso, o Estado é originariamente coerção, ou seja, ele se constitui primariamente como o aspecto coercitivo de uma relação social, embora não seja apenas isso, nem apareça como tal.

As relações capitalistas de produção aparecem como sendo livres de qualquer coerção, quer econômica, quer física, quer política. De fato, a partir de sua constituição originária, a relação que o trabalhador, como classe, estabelece com o capitalista, como classe, parece estar isenta de qualquer coerção. O trabalhador está livre tanto da posse dos meios de produção quanto de qualquer coerção para vender sua força de trabalho. No entanto ele se vê forçado a fazê-lo pelas necessidades econômicas de sobrevivência. Essa coerção econômica não é transparente, mas difusa, pois não aparece como sendo imposta por ninguém. Nem o Estado, nem o capitalista podem forçá-lo a vender-se, nem tampouco o precisam, pois a sociedade está organizada de tal maneira que esta relação se efetive movida pela necessidade de sobrevivência do trabalhador. Embora essa relação apareça como uma relação puramente econômica e livre de qualquer coerção, ela é primariamente econômica e não está livre de coerção, pois o Estado está presente como elemento político coercitivo, garantidor de sua efetivação.

Marx resume essas idéias ao afirmar que o Estado “é a violência concentrada e organizada da sociedade” (Bobbio, 1982, p. 21).

### 3 - Estado e classes sociais

Do modo que as relações sociais, também o Estado aparece fetichizado, ou seja, ele aparece como aquilo que não é. Isto quer dizer que, embora sendo fundamentalmente o aspecto coercitivo das relações sociais de produção, não é como tal que ele aparece. O Estado capitalista, mesmo sendo inerente e constitutivo da sociedade, aparece sempre separado e exterior a ela. Embora sendo uma relação social, ou como diz O'Donnell, “um aspecto das relações de produção” ou, ainda, na versão de Poulantzas, “a condensação material de uma relação social”, o Estado aparece materializado nas instituições estatais e, como tal, parece estar separado da sociedade e das relações de produção. Mas, como diz Engels:

“O Estado não é, pois, de modo algum, um poder que se impõe à sociedade (. . .) Este poder, oriundo da sociedade, mas posto sobre ela e dela distanciando-se progressivamente, é o Estado” (Engels, 1981, p.195).

O Estado aparece como um poder (instituições, aparelhos estatais) separado das relações de produção, um poder acima da sociedade e das classes sociais. No entanto, como diz Poulantzas:

“Esta separação (. . .) não é senão a forma precisa que reveste no capitalismo a presença específica e constitutiva do Estado nas relações de produção” (Poulantzas, 1977, p. 16-17).

Essa separação entre Estado e sociedade é uma exigência da necessidade de mascaramento da coerção nas relações capitalistas de produção. O Estado tem que aparecer separado da sociedade e das relações de produção, pois não pode aparecer como o fiador de uma relação que, embora não apareça como tal, é uma relação contraditória, desigual, conflitiva e coercitiva.

O Estado é antes de tudo a garantia de uma relação social, antes de o ser de uma classe social. Sendo a garantia da relação social capitalista, o Estado sustenta as duas classes sociais, trabalhadores e capitalistas, não enquanto indivíduos, mas enquanto classes sociais. Isso quer dizer que, se o Estado garante o trabalhador, o faz enquanto classe social subordinada, e o seu compromisso é mantê-lo enquanto trabalhador assalariado. A função básica do Estado consiste em garantir o estabelecimento e a reprodução continuada da relação capitalista. Evidentemente que a manutenção da relação social capitalista implica, logicamente, a reprodução das classes enquanto classe dominante capitalista e enquanto classe trabalhadora subordinada. Desde que não contrarie a sua função básica, que é a de preservar e favorecer a vigência das relações de produção, o Estado pode até mesmo impor perdas a capitalistas particulares e conceder vantagens à classe trabalhadora.

Essas colocações afirmam que o Estado não expressa somente os interesses das classes dominantes, mas também o das classes dominadas e a contradição entre elas, ou seja, o Estado expressa a contradição das relações sociais, como diz Poulantzas:

“Os dois aspectos da contradição — classes dominantes e classes dominadas —, quer dizer, a luta de classes, encontram-se também no próprio interior do Estado, atravessam o Estado de lado a lado” (Poulantzas, 1977, p. 86-87).

Na condição de garantia das relações sociais de produção, o Estado expressa um interesse mais geral que o das classes sociais ou dos sujeitos que as compõem. Isso não quer dizer que o Estado expresse um interesse neutro ou igualitativo face aos interesses das classes sociais. O que o Estado tenta preservar é o interesse de uma sociedade que se funda numa relação desigual e contraditória. O “interesse” do Estado é desigual e contraditório, como desigual e contraditória é a sociedade.

A preservação das relações capitalistas de produção, como função básica, implica que o Estado é, já na sua origem e por natureza, um Estado capitalista e não porque serve aos interesses ou porque é um instrumento da classe capitalista.

## 4 - Estado como síntese da sociedade

É preciso avançar nas conclusões a partir das colocações anteriores. O Estado não é uma coisa, não se confunde com as instituições e aparelhos estatais, não é simplesmente um instrumento da classe dominante, não visa atender ao interesse do capital, nem tampouco se confunde com o interesse “geral” da sociedade. Embora apareça separado desta última, ele está intimamente relacionado com ela. O Estado é uma relação social, é um aspecto, o aspecto coercitivo, garantidor da efetividade (do contrato) das relações sociais de produção.

A sociedade capitalista, por ser constituída de uma relação social contraditória, não pode aparecer como é, nem tampouco pode subsistir sem o Estado que garante sua efetividade e sua reprodução. A sociedade capitalista precisa encontrar uma forma de existência que mascare sua verdadeira natureza. O Estado é esta forma de existência social da sociedade capitalista. Encontram-se, em Marx, inúmeras passagens expressando essa idéia:

“A uma determinada sociedade civil corresponde um determinado Estado político, que não é mais do que a expressão oficial daquela” (Marx, 1980, p. 85). Ou ainda nesta outra: “O Estado é a forma ( . . . ) na qual se condensa toda a sociedade civil” (Marx, 1980, p. 32).

O que Marx quer dizer quando define o Estado como “expressão oficial” ou “forma” da sociedade civil? Em primeiro lugar, fica claro que a sociedade e o Estado se identificam, eles são ambos uma relação social. A sociedade civil expressa-se no Estado, e este não passa de uma “forma” daquela. É a própria natureza contraditória da sociedade que a faz existir na “forma” de Estado. O Estado é a expressão oficial da sociedade ou, como diz Hirata, o Estado “é a síntese da sociedade civil” (Hirata, 1980, p. 161). O Estado é a “forma de existência social do capital” (Hirata, 1980, p. 163).

A sociedade não subsiste sem o Estado. O Estado é a estrutura da sociedade ou, se quisermos, é a superestrutura que mantém todo o edifício do corpo social. No entanto, como diz Coletti:

“A superestrutura é, ao mesmo tempo, uma parte e um momento da estrutura e a forma desta última” (In: Hirata, 1980, p. 161).

Essa forma de pensar a realidade social supera a concepção arquitetônica e

dualista da sociedade constituída por duas instâncias, estrutura e superestrutura, sem que fiquem explícitas as suas mediações. A idéia de Coletti que vê a superestrutura, ou seja, o político, o Estado, como “forma” de ser do econômico parece ser um passo importante no sentido da superação daquela dicotomia social. Esclarecedora também, nesse sentido, é esta passagem de Lukacs:

“( . . . ) a prioridade ontológica da economia, indicada por Marx, não contém em si mesma nenhuma relação de hierarquia. Ela diz simplesmente que a existência social da superestrutura presuppõe sempre, no plano do ser, o processo da reprodução econômica, que toda a superestrutura é impensável sem a economia; ao mesmo tempo afirma-se que a essência do ser econômico é de tal natureza que não pode se reproduzir sem trazer à vida uma superestrutura que, mesmo de modo contraditório, corresponda a esse ser econômico” (Lukacs, 1979, p.155).

Não há hierarquia entre economia e Estado. A existência do Estado, isto sim, pressuppõe a existência da economia. Esta, no entanto, é de tal natureza que, para existir, necessita de um Estado, forma de ser da economia e da sociedade.

Em outra passagem, Marx fala do Estado como sendo uma “figura de comunidade ilusória” (Marx, 1980, p.58). A sociedade existe em dois planos: o real, a vida das relações econômicas, a existência material dos homens enquanto indivíduos; e o plano político, do Estado, da “comunidade ilusória”, em que os indivíduos se transformam em cidadãos, onde suas diferenças e contradições ilusoriamente desaparecem. Essas idéias ficam mais claras nesta outra passagem de Marx:

“O Estado político acabado ou perfeito, por sua essência, é a vida genérica do homem por oposição a sua vida material ( . . . ) Ali onde o Estado político alcançou seu verdadeiro desenvolvimento, o homem leva uma dupla vida: ( . . . ) a vida na comunidade política, na qual se considera como um ser coletivo, e a vida na sociedade civil, na qual atua como particular. ( . . . ) O Estado político se comporta em relação à sociedade civil ( . . . ) na mesma oposição e a supera, exatamente como a religião supera a limitação do mundo profano, ou seja, reconhecendo-a também de novo, restaurando-a e deixando-se, necessariamente, dominar por ela. ( . . . ) O homem, em sua realidade imediata, na sociedade civil, é um ser profano. ( . . . ) No Estado, ao contrário, onde o homem é considerado um ser genérico, ele é o membro imaginário de uma soberania imaginária, acha-se despojado de sua vida individual, real e dotado de uma generalidade irreal” (Marx, 1980, p. 187).

Vale realçar as idéias centrais desse trecho. Primeiro, Marx define a essência do Estado como a vida genérica do homem, em oposição a sua vida material. Reforçando a idéia de uma dupla realidade, a material, individual, e a ilusória, a política, ele diz que o pleno desenvolvimento do Estado implica para o homem uma dupla vida: “a vida na comunidade política”, na qual se considera um ser coletivo, e “a vida na sociedade civil”, em que atua como indivíduo particular. O Estado “supera” a sociedade civil, mantendo-a num outro plano, “restaurando-a” e “deixando-



-se dominar por ela”, do mesmo modo que a religião “supera” a limitação do mundo profano. O Estado é a sociedade civil “transformada” em suas limitações, em seus interesses particulares e contraditórios.

## 5 - Conclusão

A principal preocupação deste trabalho consistiu na tentativa de superar uma visão fragmentada da realidade social. Partindo das relações sociais capitalistas de produção como elemento constitutivo básico unificador do tecido social, buscou-se encontrar a base comum para a economia, a sociedade e o Estado. Como se viu no decorrer do trabalho, a única possibilidade de superar a separação entre o Estado e a sociedade é concebê-los não como coisas ou entidades, mas como relação social. São as relações de produção que constituem tanto o Estado quanto a sociedade.

No capitalismo, no entanto, as aparências não coincidem com a realidade. Tudo aparece como aquilo que não é, com sinal invertido. Por isso, como diz Marx, se as aparências coincidissem com a essência da realidade, a ciência seria supérflua. Seu papel consiste precisamente em descobrir a verdadeira essência das coisas, ultrapassando suas aparências. A formulação do conceito de Estado consistiu precisamente na tentativa de superar suas aparências, buscando seu fundamento comum com a economia e a sociedade: as relações de produção.

Estado, sociedade e economia aparecem como separados, apesar de estarem intimamente relacionados, ou, numa definição mais radical, colocou-se que o Estado consiste num aspecto das relações de produção, ele é uma forma de ser da sociedade. Não se discutiu neste trabalho o problema das mediações entre Estado e economia, entre Estado e sociedade, pois o objetivo aqui perseguido foi buscar o princípio comum de sua unidade ontológica e não analisar suas relações mútuas, a partir do fato de que aparecem formalmente como entidades separadas. Essa questão pode ser objeto de outro trabalho.

É necessário ressaltar novamente que, sem essa visão unitária e totalizante do ser social, fica difícil entender e explicar as relações entre o Estado, de um lado, e a economia, a sociedade e as classes sociais, de outro. Na linha de pensamento seguida neste trabalho, são falsas as questões formuladas em muitos trabalhos sobre Estado e economia, Estado e sociedade, Estado e empresariado, tais como: a um Estado forte corresponde uma sociedade fraca; um Estado empreendedor significa um empresariado frágil; o Estado é um instrumento da classe dominante. Essas questões têm como base comum uma separação real entre Estado, economia, sociedade e classes sociais, o que equivale a dizer que não ultrapassam o mundo das aparências.

## Bibliografia

- DOBBIO, Norberto (1982). **O conceito de Sociedade Civil**. Rio de Janeiro, Graal.
- ENGELS, Friedrich (1981). **Política**. São Paulo, Ática.
- MARX, Karl (1976). **Miséria da Filosofia**. Porto, Escorpião.
- (1980). **Sociologia**. São Paulo, Ática.
- (1986). **O capital**. São Paulo, Nova Cultural. Livro 3, t. 2.
- O'DONNELL, Guillermo (1980). Anotações para uma teoria do Estado (I). **Revista de Cultura e Política**, Rio de Janeiro, Paz e Terra, (3), nov. 1980./jul. 1981.
- (1981). Anotações para uma teoria do Estado (II). **Revista de Cultura e Política**, Rio de Janeiro, Paz e Terra, (4), fev./abr.
- POULANTZAS, Nicos, org. (1977). **O Estado em crise**. Rio de Janeiro, Graal.
- SALAMA, Pierre (1980). Estado e Capital: o Estado capitalista como abstração real. **Estudos Cebrap**, São Paulo, (26).
- HIRATA, Helena (1980). O Estado como abstração real? **Estudos Cebrap**, São Paulo, (26).